

O limite crítico do plano de estabilização da economia

O plano de estabilização da economia adotado pelo Governo Federal e veiculado por diplomas de duvidosa legalidade passa por momento difícil, após a eufórica recepção pelo povo, que nele acreditou mais do que os especialistas.

A evidência, havia necessidade, à época, de serem tomadas medidas corretivas na economia brasileira, mormente em face de uma inflação incontrolável.

Os técnicos do Governo e fora do Governo, todavia, nunca se fizeram ilusões. A inflação incontrolável decorria, fundamentalmente, da esclerosada, ineficiente e voraz máquina administrativa, geradora de "deficits" desestabilizadores cobertos por carga tributária elevada, pressão sobre o sistema financeiro e emissão de moeda, todos fatores perturbadores do correto fluir econômico. Assim sendo, qualquer medida paliativa, por melhor que fosse, e o plano cruzado

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor Titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo.

não passou de simples medida paliativa, teria que principiar por uma redução sensível da presença do Estado na Economia e do peso da administração pública, a fim de que fosse possível reduzir gastos oficiais e permitir maiores disponibilidades produtivas.

A nitidez, o redimensionamento da máquina estatal não poderia começar pelos setores realimentadores do segmento privado, mas exclusivamente por aqueles mal planejados e inúteis, assim como pela diminuição das despesas de custeio em todos os setores em que a máquina tinha e tem funcionários demais e funções de menos.

O Governo inclusive, em seu anúncio do plano cruzado, alertou que representaria sacrifício a ser suportado por empresários

e pelo Governo, tendo inclusive reprometido a reforma administrativa, de que falara em março de 1985, para ser implantada de imediato.

As promessas governamentais, todavia, continuam, ainda hoje, no terreno do "wishfull thinking" e o sacrifício incidu essencialmente sobre o segmento útil da economia, aquele produtivo, ou seja, o segmento privado, visto que nem o congelamento das tarifas oficiais foi compensado pela produção do custo dos serviços públicos.

O Governo que transplantara recursos maciços dos cidadãos para o Estado, através da Lei 7.450/85, pelo D.Ls. 2283 e 2284/86, criando o deflator de 15% ao mês para suas dívidas em cruzeiros, mas não para seus créditos em tributos, cuja

conversão se fazia à razão de 1.000 por 1, continuou a brutal e inútil transfusão de recursos produtivos para a máquina improdutivo, inibindo investimentos futuros e gerando euforia consumista decorrente da descrença no plano cruzado.

Com efeito, mantendo um congelamento impossível, técnica retrógrada que não deu resultado em nenhuma parte do mundo, em qualquer período da história, mas não controlando a inflação, passou, mês após mês, a gerar mais consumismo, visto que o povo sabia e sabe que é melhor comprar hoje do que economizar para comprar menos amanhã. O bom senso popular, reconhecendo que o congelamento dos preços representava sensível transferência de riquezas dos empresários para o consumo, e sabendo que tal transferência e tal congelamento não seriam infinitos, lançou-se vorazmente às compras, certo estando o povo de que em nenhum país do mundo os produtos custavam tão pouco como no Brasil.

Por outro lado, as empresas de grande porte, estas efetivamente congeladas e com prejuízo, passaram a ter problemas, com falta de produtos, matérias-primas e mão-de-obra especializada, na medida em que os setores defasados ou pararam de produzir ou afastaram francamente o congelamento, criando a política dos ágios ou do mercado paralelo.

Alertamos em março que o plano cruzado, se o descongelamento não viesse de imediato, iria gerar negócios marginais, falta de produtos, quebra de qualidade, fuga de capitais, redução de investimentos e terminaria, quando a economia estivesse por inteiro descompassada, por gerar processo recessivo.

Fomos criticadíssimos pelos técnicos do governo. Desgraçadamente estávamos certos e os iluminados palacianos errados.

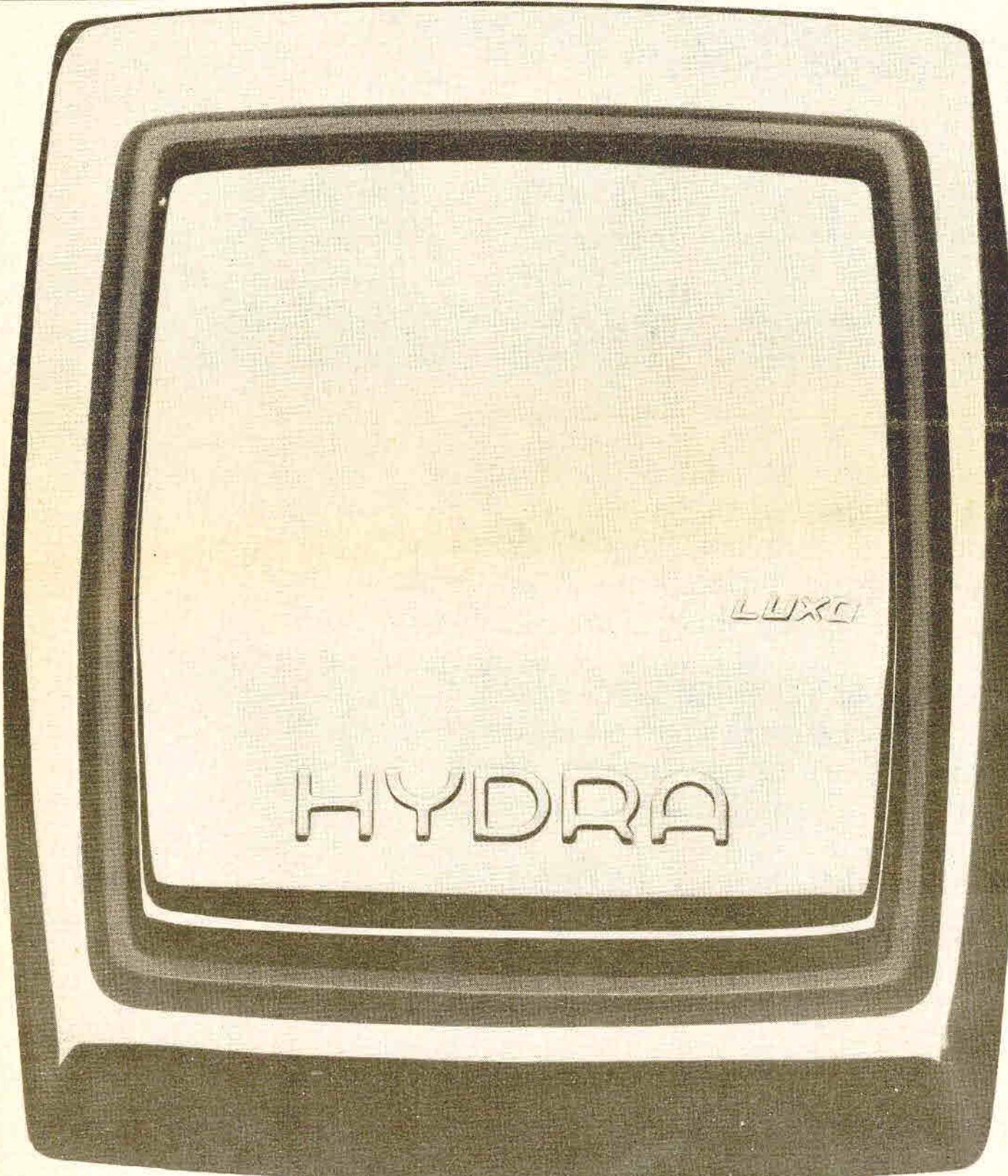
O apenamento do segmento produtivo da Nação (privado) e a complacência com o segmento improdutivo (público) levaram o Governo a reconhecer que, não obstante a transferência sensível de recursos dos empresários e empregados para a administração, esta continuava deficitária, desperdiçando aos quatro ventos e gastando mais do que recebia.

Por outro lado, a inflação real, muito superior à oficial tabelada e à oficial expurgada, mês após mês, começou a inviabilizar número crescente de setores, gerando pânico nos investidores, com forte instabilidade no mercado financeiro, nas bolsas de valores, no mercado paralelo de dólar e oficial de ouro. Pela primeira vez, o aumento dos juros correspondia também ao aumento de dólares no mercado paralelo, em clara demonstração da desconfiança geral no plano cruzado.

Desprezando as lições de Fischer, que entendia que a eliminação da oportunidade de investir gera a impaciência de gastar e que a melhor política seria o incentivo aos investimentos, o governo não definiu política em tal campo, reduzindo toda a sua atuação no concernente ao plano cruzado a mero exercício de poder em Estado Policial. Em vez de incentivar os empresários, passou a ameaçá-los com a Secretaria da Receita Federal, Sunab e Polícia Federal, desincentivando ainda mais a retomada do processo produtivo a longo e médio prazo, embora a euforia consumista desse a impressão de sucesso absoluto nos investimentos a curtíssimo prazo e na venda de produtos, embora cada vez piores ou embonecados para a fuga disfarçada ao congelamento.

Redução de preços, em economia de mercado, se obtém por estímulo e não por desestímulo e o melhor incentivo ainda é a adoção da política, que Samuelson sugeriu de benefícios fiscais para as empresas que reduzissem seus preços abaixo da inflação em período de um ano, com o que os concorrentes daquelas que aceitassem o desafio governamental passariam a segui-las, com natural e não policial queda dos preços. E redução da carga tributária pelo aumento natural do consumo corresponderia a aumento da arrecadação final. Tratamos do assunto às páginas 77/81 de nosso livro "O Poder" (Ed. Saraiva).

Continua página 11



VÁLVULA É HYDRA. NÃO TEM ESPAÇO PARA OUTRA.

Na hora de escolher a válvula do seu banheiro, não dê espaço para imitações. Exija a legítima Hydra. A qualidade que não tem tamanho. Hydra é um produto Deca.

Hydra